

Caleidoscópio mundial

José Luís Fiori



Durante a primeira década do Século XXI, o Brasil conquistou um razoável grau de liberdade para poder definir autonomamente sua estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional num mundo em plena transformação. O sistema mundial saiu da crise econômica de 2008, dividido em três blocos cada vez mais distantes, do ponto de vista de suas políticas e da sua velocidade de recuperação: os EUA, a União Europeia e algumas grandes economias nacionais emergentes, entre as quais se inclui o Brasil.

Mas do ponto de vista geopolítico, o sistema mundial ainda segue vivendo uma difícil transição — depois do fim da Guerra Fria — de volta ao seu padrão de funcionamento original. Desde o início do século XIX, o sistema in-

terestatal capitalista se expandiu liderado pela Grã Bretanha, e por mais algumas potências europeias, cuja competição e expansão coletiva foi abrindo portas para o surgimento de novos “poderes imperiais”, como foi o caso da Prússia e da Rússia, num primeiro momento, e da Alemanha, EUA e Japão, meio século mais tarde. Da mesma forma como aconteceu depois da “crise americana” da década de 1970.

Depois da derrota do Vietnã, e da reaproximação com a China, entre 1971 e 1973, o poder americano cresceu de forma contínua, construindo uma extensa rede de alianças e uma infraestrutura militar global que lhe permite até o hoje o controle quase monopólico, naval, aéreo e espacial de todo o mundo. Mas ao mesmo tempo, essa expansão do poder americano contribuiu para a “ressurreição” militar da Alemanha e do Japão e para a autonomização e fortalecimento da China, Índia, Irã e Turquia, além do retorno da Rússia, ao “grande jogo” da Ásia Central e do Oriente Médio. Os revezes militares dos Estados Unidos na primeira década do século desaceleraram o seu projeto imperial. Mas uma coisa é certa, os EUA não abdicarão voluntariamente do poder global que já conquis-

taram e não renunciarão à sua expansão contínua, no futuro. Qualquer possibilidade de limitação desse poder só poderá vir do aumento da capacidade conjunta de resistência das novas potências.

Por outro lado, depois do fim do Sistema de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, a economia americana cresceu de forma quase contínua, até o início do século XXI. Ao associar-se com a economia chinesa, a estratégia americana diminuiu a importância relativa da Alemanha e do Japão, para sua “máquina de acumulação”, a escala global. E ao mesmo tempo, contribuiu para transformar a Ásia no principal centro de acumulação capitalista do mundo, transformando a China numa economia nacional com enorme poder de gravitação sobre toda a economia mundial.

Essa nova geometria política e econômica do sistema mundial se consolidou na primeira década do século XXI, e deve se manter nos próximos anos. Os Estados Unidos manterão sua centralidade dentro do sistema como única potência capaz de intervir em todos os tabuleiros geopolíticos do mundo e que emite a moeda de referência internacional. Desunida, a União Europeia terá um papel secundário, como coadjuvante dos Estados

Unidos, sobretudo se a Rússia e a Turquia aceitarem participar do “escudo europeu anti-mísseis”, a convite dos EUA e da Otan. Nesse novo contexto internacional, a Índia, o Brasil, a Turquia, o Irã, a África do Sul, e talvez a Indonésia, deverão aumentar o seu poder regional e global, em escalas diferentes, mas ainda não terão por muito tempo capacidade de projetar seu poder militar além das suas fronteiras regionais.

O Brasil entrou no grupo dos Estados onde todas as alianças são possíveis em função dos objetivos estratégicos do país

De qualquer forma, três coisas se podem dizer com bastante certeza, neste início da segunda década do século XXI:

1. Não existe nenhuma “lei” que defina a sucessão obrigatória e a data do fim da supremacia americana. Mas é absolutamente certo que a simples ultrapassagem econômica dos EUA não transformará automaticamente a China numa potência global, nem muito menos no líder do sistema mundial.

2. Terminou definitivamente o tempo dos “pequenos países” conquistadores. O futuro do sis-

tema mundial envolverá — daqui para a frente — uma espécie de “guerra de posições” permanente entre grandes “países continentais”, como é o caso pioneiro dos EUA, e agora é também o caso da China, Rússia, Índia e Brasil. Nessa disputa, os EUA já ocupam o epicentro do sistema mundial, mas mesmo antes que os outros quatro países adquiram a capacidade militar e financeira indispensável à condição de potência global, eles já controlam em conjunto cerca de 1/3 do território, e quase 1/2 da população mundial.

3. Por fim, a definição da estratégia internacional do Brasil não depende da “taxa de declínio” dos EUA, mas não pode desconhecer a existência do poder americano. Assim mesmo, gostem ou não os conservadores, o Brasil já entrou no grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do “calidoscópio central” do sistema, onde todos competem com todos, e todas as alianças são possíveis, em função dos objetivos estratégicos do país.

José Luís Fiori é professor titular e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, e autor do livro “O Poder Global”, da Editora Boitempo, 2007. Escreve mensalmente às quartas-feiras.

Crédito bancário tem crescimento recorde nos oito anos do governo Lula

(Kelly Oliveira)

Brasília - O crédito bancário chega ao final de oito anos de governo Lula com expansão recorde, o que estimulou o consumo das famílias e ajudou o Brasil a superar a crise financeira internacional de 2008 e 2009.

Ao término do primeiro ano do governo Lula o saldo das operações de crédito no país estava em R\$ 418,258 bilhões, correspondentes a 24,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos anos seguintes – 2004 (25,7%) e 2005 (28,3%) -, a expansão continuou, com aumento da intensidade a partir de 2006 (30,9%), último ano do primeiro mandato de Lula.

Essa relação entre crédito e PIB ficou em 35,2%, em 2007, 40,8%, em 2008, e em 45% em 2009. Em novembro de 2010, chegou a 46,3%, com saldo de R\$ 1,678 trilhão. A expectativa do Banco Central (BC) para o fim deste ano é que chegue a 47%.

“O governo quis expandir o mercado interno de consumo de massa por meio da disponibilidade de crédito para as empresas, principalmente via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e para os indivíduos. Foi uma política de governo gerar crescimento a partir do crédito”, disse o professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Reinaldo Gonçalves.

O ex-diretor do BC Carlos Eduardo Freitas avalia que a expansão do crédito veio acompanhada da redução da taxa básica de juros (Selic), que iniciou o governo em 25,50% ao ano e encerrou 2010 em 10,75%. “A taxa de juros real (Selic, descontada a inflação) despencou de 2006 em diante. Isso levou os bancos a procurarem melhores aplicações do que os títulos do Tesouro (remunerados pela Selic)”. Com isso, explica Freitas, aumentou a oferta de crédito pelas instituições financeiras que antes preferiam aplicar o dinheiro em títulos públicos.

Mas a expansão recorde do crédito trouxe, recentemente, preocupações. Uma delas é o aumento do endividamento das famílias. Por isso, o governo decidiu tomar medidas preventivas, com restrições na oferta de

crédito pessoal e para a compra de veículos.

“As medidas tranquilizam no sentido de que o Banco Central está olhando e monitorando o endividamento. Vão moderar a velocidade (da expansão do crédito)”, disse Freitas. Para ele, no Brasil, as pessoas estão acostumadas a esperar a atuação do governo somente quando há crise. “Não é assim. Agora é uma prevenção”.

O economista da LCA Consultores Douglas Uemura disse que a inadimplência está baixa atualmente. Segundo o Banco Central, em novembro deste ano, a taxa de inadimplência para as famílias ficou em 5,9%, o menor nível desde junho de 2001, quando ficou em 5,5%. No caso das empresas, a inadimplência ficou em 3,6%.

Na avaliação de Uemura, entretanto, pode haver ligeiro aumento da inadimplência em 2011,. “A indústria está crescendo em ritmo mais lento, as contrações (de trabalhadores) devem mostrar moderação nos próximos meses e o ritmo de expansão da renda deve diminuir, o que afeta a inadimplência. Mas está longe de ser um cenário de crescimento explosivo da inadimplência”, afirmou.

Mas, para Gonçalves, o nível de inadimplência acende o sinal amarelo. “Estamos em uma trajetória de alto risco, com esse endividamento muito grande das famílias, das empresas e do governo. Estamos em trajetória de superendividamento generalizado no país”, disse.

Outro problema é que o aumento da procura por produtos estimula a inflação. Assim, além de prevenir a expansão da inadimplência, as medidas adotadas pelo BC podem frear a procura por financiamento de longo prazo de bens de consumo – eletrodomésticos, por exemplo, e principalmente carros. Um dos efeitos esperados é o aumento das taxas de juros, o que desestimula a tomada de crédito.

No início do governo, o saldo de crédito para a aquisição de bens estava em R\$ 31,677 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 23 bilhões eram de financiamento de veículos. Em novembro deste ano, o saldo de crédito para a compra de bens era de R\$ 146,198 bilhões, sendo R\$ 136,302 bilhões só com o financiamento de veículos.

Além de restringir o crédito para bens de consumo, no início deste mês, o BC reverteu os estímulos adotados durante a crise financeira

internacional. O BC elevou os depósitos compulsórios, recursos que os bancos são obrigados a depositar na instituição. Assim, saem de circulação R\$ 61 bilhões, o que reduz a disponibilidade de crédito dos bancos.

Durante a crise financeira internacional, a atuação do BC foi de estímulo ao financiamento: reduziu os depósitos compulsórios, estimulou a compra de carteiras de crédito de bancos menores por instituições financeiras maiores e vendeu parte de suas reservas internacionais para atender exportadores com linhas de crédito. Os bancos públicos também entraram em campo para aumentar a oferta de crédito.